

O MOVIMENTO OPERÁRIO DA CONSTRUÇÃO CIVIL SANTISTA DURANTE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL, (1914-1918)

Fernando Teixeira da Silva* e
Maria Lúcia Caira Gitahy**

Resumo: Os trabalhadores da construção civil destacaram-se durante a *belle époque* como um grupo chave na organização do movimento operário em cidades como Santos, Rio de Janeiro e São Paulo. Santos, na época o “porto do café”, caracterizava-se como um lugar estratégico para a economia brasileira, elo sensível pelo qual esta ligava-se ao mercado internacional. O crescimento da cidade portuária e as obras do saneamento urbano foram responsáveis pela “fe-

Abstract: During the *belle époque*, the building industry workers stand out as a key occupational group in the organization of the labor movement in cities such as Santos, Rio de Janeiro, and São Paulo. The city of Santos, then known as the “coffee harbour”, a sensitive link connected to the international market, was strategic for the Brazilian economy. The growth of the port city, sanitation and

* Doutorando em História na UNICAMP (apoio do CNPq e CAPES) e professor de História da Universidade Metodista de Piracicaba. O autor agradece a Luciana Olga Verdicchio e Lourice Cristina Martinelli, bolsistas de Iniciação Científica (CNPq e Fundo de Apoio à Pesquisa da UNIMEP), que colaboraram na coleta e transcrição de parte das fontes mencionadas neste texto.

** Professora do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto/FAU-USP e membro do LabFAU.

bre das construções” do final do século ao início da Primeira Guerra Mundial. Estuda-se aqui as dificuldades que os trabalhadores da construção civil passaram a encontrar nos anos da guerra. Ao lado da escassez de trabalho e da perda de direitos conquistados nos anos anteriores, os operários do setor tiveram que lidar com uma nova política patronal, sob a liderança de Roberto Simonsen, engenheiro e diretor da Companhia Construtora de Santos, e de alguns outros grandes construtores, que buscaram redefinir as formas de enfrentamento com os trabalhadores e seus sindicatos. Os conflitos verificados nessa conjuntura ocorreram, fundamentalmente, em torno de dois elementos que estruturavam as bases do histórico poder de barganha da categoria: o controle do mercado de trabalho por meio de suas organizações e a sua relação com os mestres de obras e pequenos construtores da cidade.

other urban works provoked, from the end of the century to the beginning of the First World War, what was named a “building fever”. This study focuses on the difficulties the building industry workers faced during the years of the First World War. Besides the shortage of jobs and the loss of rights conquered in former years, they had to deal with new business policies. Roberto Simonsen, director of the large Companhia Construtora de Santos and some other builders sought to redefine their relationship towards workers and their unions. The conflicts here discussed were fundamentally over the two elements on which the bargaining power of the occupational group was based on: the closed shop and the relationship with the jerry and small builders of the city.

Palavras-chave: Movimento Operário - Trabalhadores da Construção Civil - Santos

A Primeira Guerra Mundial encontrou Santos em meio a um intenso processo de urbanização que transformava a face da cidade portuária. A “febre das construções”¹, alimentada pela reforma urbana e pelo saneamento

¹ Uma consulta ao *Recenseamento de 1913* confirma a “febre das construções” referida nas fontes qualitativas. Em 1872, havia em Santos 1.407 prédios, enquanto em 1913 o total era de 10.578. As construções de um pavimento passaram de 1.160 para 8.314; de dois pavimentos, de 229 para 520; de 3 pavimentos, de 18 para 47.

desde o final do século passado, parece arrefecer com a crise que se abre nos anos da guerra, corroendo o poder de barganha dos trabalhadores qualificados do setor ou dos assim chamados “artistas”². Até então, um grupo expressivo dentro da indústria da construção civil, o dos trabalhadores em edificações, havia conseguido organizar-se, manifestar-se e obter significativas vitórias, como o controle do mercado de trabalho pelo sindicato (*closed shop*), a jornada de oito horas de trabalho, uma tabela mínima de salários e o pagamento no dia 5 de cada mês.³

A maior continuidade organizativa e combatividade dos trabalhadores deste subsetor havia sido possível até então por dois fatores conjugados. O primeiro diz respeito ao processo de trabalho na construção de edifícios que, como aliás ocorria em outros ramos industriais do período, requeria um apreciável número de trabalhadores qualificados (Gitahy, 1986). Estes desfrutavam de uma situação mais favorável no mercado de trabalho do que os operários da construção pesada e da infra-estrutura urbana. Os trabalhadores “sem ofício”, conforme se dizia na época, estavam submetidos a terríveis condições de trabalho (Hardman, 1988; Mautner, 1992; Gitahy, 1996). Suas

Em 1913 existiam 1.697 casebres, não sendo computados nas estatísticas o número dos mesmos em 1872 (Santos, 1914: 88-95).

² O termo era adotado pelos próprios trabalhadores qualificados da construção civil no período discutido (pedreiros, canteiros, pintores, frentistas, marmoristas, carpinteiros e outros). Tratava-se de operários cujo ofício conferia uma relativa independência e possibilitava uma mobilidade e uma desenvoltura não permitidas pela grande indústria. Frequentemente submetidos às pulsações sazonais de sua atividade, tais operários não viviam em meio à uniformidade monótona e à atmosfera confinada, hierárquica e sufocante das fábricas (Perrot, 1974: 377-9). O aspecto ideológico da adoção do termo “artistas” foi analisado por Pereira (1990).

³ Os sindicatos da construção civil também mantinham viva a chama da dignidade do trabalhador no sentido de impor respeito no local de trabalho, recusando-se a trabalhar em condições perigosas e mantendo a união da “classe”. As características de diferentes grupos do setor e as práticas que os levaram a determinadas conquistas, do final do século XIX a 1914, foram analisadas de maneira mais detida por Gitahy (1996).

lutas eram muito difíceis devido a uma grande oferta desse tipo de mão-de-obra.⁴

O segundo fator era a própria estrutura dos negócios dessa indústria. Como predominava a construção por encomenda, havia vários pequenos empreiteiros, os mestres de obras da construção habitacional. Como assinalou Maram (1979: 51-2), estes pequenos homens de negócio assumiam contratos com prazos fixados para a entrega das obras e recebiam o pagamento somente depois do trabalho concluído. Assim,

“qualquer demora significava que o empreiteiro teria de iniciar o pagamento das dívidas assumidas com os fornecedores de material e trabalho através da descapitalização de seus poucos bens de capital. Um abandono de emprego poderia resultar na perda do contrato ou na falência. Além disso, era comum o empreiteiro, ao contrário do que acontecia com o grande empregador de trabalho industrial não qualificado, não conseguir substituir seus operários durante uma greve, pois nas épocas de prosperidade havia uma alta procura e uma baixa oferta dos trabalhadores qualificados em construção, especialmente os tão essenciais pedreiros. Por conseguinte, era economicamente vantajoso para o empreiteiro resolver as questões operárias o mais rapidamente possível”.

Com efeito, as firmas empreiteiras de menor porte acabavam por aceitar, uma a uma, as condições estabelecidas pelos sindicatos da construção civil ou pela Federação Operária Local de Santos (FOLS) a fim de evitar ou encurtar as greves. Nessas condições, os sindicatos da construção civil obtiveram a *closed shop* e os seus fiscais foram admitidos no interior das obras. A *closed shop* e a jornada de oito horas de trabalho foram conquistadas asseguradas até a Primeira Guerra. Ao contrário dos seus empregadores,

⁴ No entanto, como aponta RIBEIRO (1996:9), “se pensarmos o mercado de trabalho de forma segmentada e não homogênea, ou seja, com diferentes níveis de exigência de qualificação da força de trabalho, parece razoável pensar na possibilidade de escassez de trabalhadores para os segmentos de maior qualificação”.

“os trabalhadores da construção civil não consideravam ‘exclusivista’ o controle do mercado de trabalho pelo sindicato. Focalizavam a questão de outro ângulo: Por que só os patrões tinham o direito de definir as regras para a organização do trabalho nos canteiros de obras? Os sindicatos da FOLS eram contra as horas-extras que, na sua opinião, arruinavam a saúde e a dignidade do trabalhador, e a única maneira que encontraram para garantir a manutenção da jornada de oito horas foi o controle do mercado de trabalho via *closed shop*. Eles nunca excluíram os trabalhadores da ‘construção pesada’. Ao contrário, buscaram repetidamente organizá-los no Sindicato de Ofícios Vários, filiado à FOLS, que conduziu batalhas memoráveis como a greve dos calceteiros pelas nove horas de trabalho (contra o município e diversos empreiteiros), o que resultou na invasão da sede da FOLS, em 1909” (Gitahy, 1996: 18-9).

Entretanto, todas essas conquistas começam a ser ameaçadas durante a Primeira Guerra Mundial. Desemprego e forte repressão na peculiar conjuntura da guerra criaram um clima político no qual os empresários ensaiaram novas formas de equacionar o “problema” do trabalho. Para os operários da construção, iniciava-se uma longa história de desmobilização e perda de direitos duramente conquistados.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos operários do subsetor foi o decréscimo do número das construções, gerando desemprego. Em São Paulo, por exemplo, verifica-se uma visível queda no número de edifícios construídos⁵ e uma diminuição dos salários reais.⁶ Em Santos, O relatório

⁵ “O impulso urbano em São Paulo”. In: *Engenharia*. São Paulo, novembro de 1945, v. IV, nº 39: 82-3. Esse artigo traz o número de prédios construídos em São Paulo, mostrando o declínio durante a Primeira Guerra:

Ano	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920
Prédios construídos	5.791	3.152	1.282	1.004	1.043	610	1919	7.787

apresentado pelo prefeito Belmiro Ribeiro, referente a 1918, apontou que a quantidade de novas habitações havia sido muito reduzida “em razão da alta dos preços dos materiais para construção,” da “crise de capitais disponíveis” e da “paralisação do crescimento da população urbana” – “conseqüências todas, diretas ou indiretas da guerra”⁷. Nota-se a continuidade de tal situação até o primeiro semestre de 1919, quando a construção privada foi “quase nula”, tendo sido licenciados 52 prédios, enquanto no segundo semestre há um total de 154 licenças para a construção de novos prédios (em 1918, o número foi inferior: 114 alvarás de construção) (Santos, 1920: 102 e 152).

A crise afetava não só os construtores privados, mas também as obras a cargo da Prefeitura. No primeiro ano da guerra, a queda na exportação de café gerou inúmeras falências e liquidações de importantes firmas comerciais, acarretando a redução da arrecadação pelo poder municipal. Apesar de o relatório da Prefeitura, referente a 1914, informar que “as construções continuam a ser feitas quase como em épocas normais”, adiante lemos que os serviços eram executados “por turmas alternadas, para evitar agravar ainda mais a situação na classe operária, em sua maioria atualmente sem trabalho”, em razão das dispensas em massa nas empresas particulares.⁸ Com a

⁶ De acordo com um manifesto da União de Artes, Ofício e Anexos de Santos, distribuído em 1920, pedreiros e carpinteiros recebiam, em 1913, uma remuneração diária de 6\$500 a 8\$000, “conforme as aptidões ou a proteção que os cercassem”. Entre 1915 e 1918, estes mesmos operários ganhavam de 5\$000 a 6\$500, sendo que os preços dos gêneros de primeira necessidade duplicaram (*Gazeta do Povo*, 7/4/20). Fausto (1976: 167) apresenta tabela assinalando essa diminuição salarial. Note-se que, em 1918, há uma retomada não apenas devida às greves, mas também aos efeitos da gripe espanhola. Os números seriam os seguintes:

Ano	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920
Salários	100	100	75	86	86	130	160	147

⁷ “Relatórios do Presidente da Câmara e do Prefeito, referentes ao ano findo”. In: *A Tribuna*. Santos, 16 de janeiro de 1919.

⁸ “Relatórios da Presidência da Câmara e do Prefeito, relativos ao ano transato”. In: *A Tribuna*. Santos, 16 de janeiro de 1915.

epidemia da gripe espanhola, em outubro de 1918, os problemas seriam agravados pela baixa oferta de trabalho.⁹ Por outro lado, foi justamente nessa conjuntura que começou a solidificar-se a expansão de alguns grandes empresários no setor. Apesar da crise, o “Relatório da Companhia Construtora de Santos”, referente a 1917, afirma ter sido este o ano de maior desenvolvimento da empresa desde a sua fundação.¹⁰

1. A criação da Companhia Construtora de Santos

Foi muito significativa para o movimento operário dos trabalhadores da construção civil santista a consolidação dessa grande empresa, fundada em abril de 1912, por Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948).¹¹ Enge-

⁹ É possível acompanhar a devastação que a gripe promoveu em Santos através da cobertura da *Gazeta do Povo*, entre outubro e dezembro de 1918. Toda a vida urbana foi inviabilizada e o trabalho desorganizado; presos foram obrigados a substituir os coveiros atingidos pela doença; a Cruz Vermelha, o Tiro Naval e o Tiro 11 prestaram socorro à população pobre da cidade; órfãos lotavam o asilo municipal; os hospitais, a Prefeitura e a Associação Comercial organizaram-se para o combate à moléstia. A notícia do armistício alcançou a cidade em 11 de novembro, em meio à epidemia. A gripe só começou a declinar na segunda semana de novembro.

¹⁰ As principais obras foram as seguintes: Armazém da American Warehouse Warrants Co., no Rio de Janeiro, agência do London and River Plate Bank, Igreja Anglicana, obras da Economizadora Paulista, casas de moradia, edifício do Matadouro Modelo - todas realizadas em Santos. “A Companhia Construtora de Santos”. In: *Gazeta do Povo*. Santos, 2 de setembro de 1918 e *A Tribuna*. Santos, 29 de março de 1918.

¹¹ Filho de Sydney Martin Simonsen, um londrino radicado em Santos desde 1875 e de Robertina da Gama Cochrane, Roberto Simonsen pertencia, sem dúvida, à elite do período. A história da família materna de Simonsen confunde-se com a da cidade de Santos nos anos em que a mesma define-se como porto do café. Thomas Cochrane, bisavô do empresário, estabeleceu-se no Rio de Janeiro, foi engenheiro e empresário na construção ferroviária. Seu avô, Ignácio Wallace da Gama Cochrane, foi engenheiro fiscal da construção da Santos-Jundiaí, residindo em Santos, onde dirigiu importante firma de café e fundou a Companhia Melhoramentos de Santos,

nheiro formado pela Escola Politécnica em 1909, trabalha por um ano na construção ferroviária da Southern Brazil Railway. De volta a Santos, casa-se e passa a trabalhar como diretor-geral e depois engenheiro-chefe da Comissão de Melhoramentos do município. Em 1912, deixa a Prefeitura para fundar, como principal acionista e diretor-superintendente, a Companhia Construtora de Santos, “*celula mater* das [suas] empresas” (Ferreira Lima, 1963: 55), permanecendo na sua direção até 1940.¹² Caetano (1994: 29) afirma que:

“observando os estatutos da Cia. Construtora de Santos, pude verificar que a criação desta empresa contou com o apoio e favores dos poderes públicos. Segundo a Lei Orgânica dos Municípios, lei 1.038, foi concedida a primazia por cinqüenta anos para esta empresa dirigir as obras públicas, com a isenção de impostos industriais, prediais e profissionais. Não sendo preciso, ainda, a abertura de concorrência pública. Estes privilégios permitiram inferir que, neste caso, o poder público colaborou diretamente na implantação (...) da grande indústria (...)”.¹³

depois incorporada pela The City Improvements Company Ltd., empresa responsável pela exploração de serviços públicos, tais como abastecimento de água, iluminação a gás e tráfego de bondes. Foi ainda deputado da Província e membro da diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Simonsen morou com este avô, em São Paulo, dos 15 aos 21 anos, período em que freqüentou a Escola Politécnica, sendo bastante influenciado por ele (Ferreira Lima, 1963: 53-4 e Caetano, 1994: 18-9). Sobre a The City Santos Improvements Company, ver Santos (1996: 33-4).

¹² Dois anos após a criação da empresa, Simonsen detinha 696 ações e Charles R. Murray, 402. Ambos possuíam quase a metade do total das ações (2.696). “Companhia Construtora de Santos. Ata da assembléia geral extraordinária de 5 de março de 1914”. In: *A Tribuna*. Santos, 9 de março de 1914.

¹³ Tal colaboração ficou patente com a construção da Vila Belmiro pela Companhia Construtora, contando com o apoio do prefeito Belmiro Ribeiro que, aliás, era um dos acionistas da empresa. Segundo Roberto Simonsen, em 1912 foi votada uma lei “concedendo favores para os capitais que se empregassem nesta classe de construção” (Simonsen, 1932: 39).

Com tal estrutura, a empresa preparava-se para atuar em outra escala na indústria da construção santista, aceitando os mais variados tipos de trabalho: obras de urbanização (arruamento, calçamento, estradas de rodagem, abastecimento de água etc.) e edificação de prédios públicos, residências, teatro, armazéns, matadouro, frigoríficos, igrejas, campos de esportes e bancos. Enfim, toda a variedade de obras que se apresentassem.

Um bom exemplo de êxito de uma organização empresarial, que mantinha estreitos laços com o estado e que já operava em grande escala, era oferecido pelo Escritório Técnico F. P. Ramos de Azevedo. Reorganizado em 1907, construía todas as obras públicas importantes na capital do estado, assim como as particulares (Lemos, 1993). Não é possível que o jovem Simonsen não tivesse tomado conhecimento da organização empresarial de Ramos de Azevedo que desempenhava, na época, o cargo de vice-diretor da Escola Politécnica.

Os escritórios da companhia, os depósitos de materiais, de mecanismos e ferramentas, as oficinas mecânicas, de serralheria, funilaria e carpintaria, as pedreiras, as garagens e a seção de transporte de materiais estavam todos constituídos em menos de três anos de existência da empresa.¹⁴ Assim, já em 1913, a Companhia Construtora de Santos dispunha de 70 engenheiros e de 18 mil empregados (Rodrigues, 1973: 76 *apud* Gitahy, 1992: 173). Os membros do Conselho Fiscal salientaram, em 1917, que seu “notável grau de desenvolvimento e aperfeiçoamento” devia-se ao fato de Roberto Simonsen ter “encaminhado para a Companhia os serviços de outras grandes empresas que estão sob a sua direção”,¹⁵ o que evidencia a expansão de seus negócios no período da guerra, graças ao apoio dispensado pelo poder municipal. Ferreira Lima (1963: 56) afirma que,

¹⁴ Segundo os dados do seu escritório comercial, a Companhia. teve um movimento em obras, materiais e transporte, exclusivamente em Santos, em valor superior a 7.500:000\$000. “As nossas grandes empresas”. *In: A Tribuna*. Santos, 2 de janeiro de 1915, p. 3.

¹⁵ “Companhia Construtora de Santos. Balanço Geral em 31 de dezembro de 1917”. *In: A Tribuna*. Santos, 31 de dezembro de 1917.

“como se tornasse necessário criar uma espécie de ‘mercado’ para as realizações da Companhia Construtora de Santos, foram organizados outros empreendimentos subsidiários, porém de grande significação para a economia do município. Surgiram desse modo a Companhia Santista de Habitação Econômica, a Companhia Parque Balneário, a Companhia Brasileira de Calçamentos, a Companhia Frigorífica de Santos¹⁶, todas elas desempenhando uma função na expansão econômica ou topográfica de Santos”.

A Construtora afirmou-se como uma Companhia exclusivamente dirigida por engenheiros que deveriam gerenciar todo o trabalho nas obras da empresa. Sem dúvida, o modelo adotado precisa ser entendido no contexto de uma luta pelo reconhecimento e pela institucionalização das profissões de engenheiro e de arquiteto que tinha lugar no estado de São Paulo naqueles anos (Ficher, 1989). Em 1915, foi instalado o escritório técnico, “a cargo de hábeis engenheiros e arquitetos”, na mesma rua onde estavam situados os depósitos de materiais e oficinas que, assim, “ficariam sob as vistas dos engenheiros da Companhia” (*A Tribuna*, 31/12/1917 e 13/1/1918). Ao escritório caberia a elaboração de orçamentos, projetos e planos de execução dos trabalhos, determinando “o tempo previsto para início, feitura e terminação de cada elemento da obra, quer seja executada na oficina ou *in loco*”.¹⁷ Ao historiar a criação da Companhia, Simonsen assinalou que tratava-se de substituir as práticas correntes dos mestres de obras pelos conhecimentos científicos dos engenheiros:

“incorporada em Santos, em 1912, [a empresa] representava na época uma audaciosa iniciativa dos homens de boa vontada-

¹⁶ Um dos grandes empreendimentos da Companhia Frigorífica foi a reconstrução do matadouro municipal em 1918, arrendada pelo prefeito Belmiro Ribeiro. “Relatórios da Presidência da Câmara Municipal e do Prefeito, referentes ao ano findo”. In: *A Tribuna*. Santos, 16 de janeiro de 1915.

¹⁷ “A Vida de Roberto Simonsen” (mimeo). Catálogo Coletivo de Livros e Periódicos, 813-322, p.6. Material fornecido pela Biblioteca Roberto Simonsen (São Paulo).

de, que desejavam implantar naquela cidade uma organização técnica capaz de projetar, estudar e executar qualquer Construção de serviço de engenharia sob a égide dos bons ensinamentos da técnica e da arquitetura (...). Era ainda uma reação contra o predomínio absoluto dos mestres de obras, que o atraso e os poucos recursos do meio tinham arvorado projetistas e mentores da evolução material da cidade” (Simonsen, 1932:157) (Grifo nosso).

Não convém esquecer ainda que o atualizadíssimo Roberto Simonsen esteve nos Estados Unidos em 1911, ano em que a grande discussão em matéria de gestão empresarial era o taylorismo, verdadeira “febre” entre os engenheiros locais. Ao organizar a Construtora, no ano seguinte, Simonsen estava apenas iniciando seu papel de pioneiro e apóstolo do *scientific management* no Brasil.¹⁸ De fato, a hierarquia nos processos de trabalho irá alterar-se muito com a introdução do par engenheiro com formação científica/mestre qualificado para ler o desenho traçado agora com maior precisão, e transmiti-lo aos demais operários, paulatinamente divididos em diversas equipes executoras de operações manufatureiras. Essas transformações, no entanto, demorariam a ser introduzidas, o que não se deu sem conflitos.

Entretanto, havia problemas de outra ordem a serem lidados no momento da criação da Construtora. Apesar de gozar de uma situação favorável, em um período de crise no mercado de trabalho, a Companhia não deixou de enfrentar, desde a sua fundação, o movimento operário da construção civil. A destacada posição da empresa no setor, por outro lado, deu-lhe condições de redefinir os termos de tal confronto na cidade de Santos. O controle do mercado de trabalho pelos “artistas” era facilitado pela pulverização dos diversos empreiteiros que respondiam de modo diferenciado aos acordos propostos pelos sindicatos. No jogo concorrencial com os construtores de

¹⁸ Segundo o jornal *A Tribuna*, 2/1/1915, a empresa acompanhava “os progressos constantes que faz a arte de construir na Europa e América do Norte, introduzindo entre nós não só novos processos de construção como novas idéias de comodidade, de conforto e de estética”.

maior porte, os pequenos empreiteiros podiam manifestar uma atitude menos inflexível diante das reivindicações dos sindicatos.¹⁹

Note-se que a greve dos canteiros de 1913, pelo pagamento dos salários no dia 5 de cada mês, vitoriosa em todas as demais pedreiras de Santos, encontrou enorme inflexibilidade por parte da Companhia Construtora. Esta respondeu com o *lock-out* e fura-greves foram trazidos para as pedreiras. Não existe relato preciso do número de mortos ou feridos, mas 75 trabalhadores foram presos, e um processo foi forjado para expulsar cinco dos supostos líderes.²⁰ A polícia restabeleceu o estado de sítio em Santos, sem declaração formal. O porto foi militarmente ocupado para prevenir qualquer ação operária, embora a greve estivesse limitada à Companhia Construtora.

Esse primeiro confronto colocou com clareza os problemas que seriam enfrentados no momento seguinte. Apesar das iniciativas do movimento operário santista para reerguer-se,²¹ a criação da grande empresa impôs uma

¹⁹ Um exemplo das oscilações desses empreiteiros pode ser observado na greve dos trabalhadores da construção civil de 1908, na França (Julliard, 1988: 51-7).

²⁰ *A Lanterna*. São Paulo, 21 e 28 de junho de 1913, *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1908 e *Germinal*. São Paulo, 22 de junho e 5 de julho de 1913. O movimento pedia a regularização dos pagamentos, houve choque entre grevistas e “crumiros” (fura-greves), e as casas dos trabalhadores foram invadidas e vasculhadas. Vários trabalhadores foram enviados a São Paulo e torturados pela polícia. Em julho de 1913, Roberto Simonsen depôs ainda como testemunha nos processos de expulsão contra o estivador espanhol Adolpho Antas e o carroceiro da mesma nacionalidade, Manuel Fernandes. *Processos de Expulsão* (Arquivo Nacional), “A” 1913. Conforme demonstrou Sheldon Maram, esse processo é um exemplo típico de um “modelo de simplicidade” para a determinação das expulsões: “os relatórios policiais consistiam de acusações de testemunhas e de um parecer do delegado, que usualmente sumariava os depoimentos e concluía que as provas justificavam a expulsão” (Maram, 1979: 39-40).

²¹ No final de 1915, houve tentativas no sentido de reanimar o movimento operário local através do Sindicato dos Ofícios Vários, que convocou uma assembléia para “discutir a atitude a assumir, diante da angustiada época que atravessamos” e outra solicitando a presença de “construtores civis, trabalhadores em café, estivadores, trabalhadores da estrada de ferro, Docas, canteiros e todos os operários em geral”. *A Tribuna*, 28 de outubro de 1915 e 7 de novembro de 1915. Em 1916, foi organi-

redefinição das relações entre patrões e trabalhadores, em particular nos momentos de greves, como ocorreu em 1916 e 1917.

2. A greve de 1916 e o Centro dos Construtores e Industriais de Santos

Tem-se afirmado que muitas das iniciativas pioneiras de Simonsen, sobretudo no que se refere à “administração científica” do trabalho, foram arquitetadas como resposta e releitura da conjuntura de greves em diferentes cidades do país nos anos 1917-1919 (French, 1995: 71, por exemplo). Entretanto, as condições para a efetivação dos pressupostos do assim chamado *scientific management* exigiam outras medidas, que merecem ser investigadas em pormenor e que foram gestadas em meio a duas greves dos trabalhadores da construção civil de Santos, ocorridas em 1916 e 1917. O desenrolar dessas greves recoloca algumas questões fundamentais no que se refere às tentativas de introdução de novos padrões de relacionamento entre patrões e empregados: a escassez de trabalho na conjuntura de guerra, a falta de unidade dos construtores, a luta dos sindicatos dos trabalhadores qualificados para organizar o mercado e as relações de trabalho, além da combinação do uso da clássica repressão policial com a busca de outros canais de mediação durante os conflitos.

Em meados de 1916, os trabalhadores da construção civil de Santos começaram a romper o silêncio imposto ao movimento operário pela repressão e pela crise advinda da Primeira Guerra Mundial. Reorganizaram o Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros, Pintores e Serventes e a Federação Operária Local de Santos; distribuíram boletins convocando assembléias para estabelecer uma pauta de reivindicações e abriram um curso de desenho e “estudo técnico-profissional.” Criaram ainda o Comitê de Agitação Pró-Direitos dos Homens que organizou um comício em solidariedade à greve

zado um “grupo de afinidades” representado pelo anarquista Manoel Campos no Congresso pró-Paz, realizado em Ferrol, na Espanha (Justo, 1928: 4).

dos operários da construção civil na cidade de Ribeirão Pires, que foi reprimido, e comemoraram a data da conquista da jornada de oito horas (7 de julho de 1907) (*A Tribuna*, 9, 16, 21, 23/6, 3/7 e 1/9/1916).

No final de setembro, o agora denominado Sindicato das Classes da Construção Civil e a FOLS enviaram aos mestres empreiteiros um ofício reivindicando a “observância do dia normal de oito horas”, do restabelecimento do pagamento no dia 5 de cada mês e da tabela mínima de salários. Tratava-se de recuperar antigos direitos que vinham sendo desrespeitados pelos patrões “que tão covardemente se têm valido do crítico momento que atravessamos para relaxar as nossas conquistas anteriores”. Os boletins mencionavam excesso de serviços extraordinários, ao lado da escassez de trabalho e “aventureiros que desaparecem levando o salário dos operários e dos que recorrem à fraude das falências para pagar salários com descontos” (*A Tribuna*, 9/6/1916).²²

Segundo a Federação, vários mestres-empregadores haviam reconhecido essas “exigências”, mas alguns pretendiam “negar a sua palavra ou assinatura já dada”.²³ No dia 3 de outubro, iniciou-se uma greve que se prolongou durante um mês; várias obras foram paralisadas e alguns construtores assinaram o acordo proposto pelo sindicato. Entretanto, conforme Roberto Simonsen relataria meses depois, a Companhia Construtora de Santos recusou-se a atender às “imposições” do “pseudo-sindicato”, alegando que a empresa “procurou rodear sempre todo o seu pessoal do máximo conforto e

²² Quatro anos depois, durante outra greve da categoria, um militante lembrou que “a classe dos construtores exultou” diante da declaração da guerra, quando então a “‘revanche’ teve começo imediato” e “as ordens mais draconianas eram dadas aos encarregados para tomar nota dos que perdiam tempo em fumar, em beber água ou tomar café; por dá cá aquela palha era despedido sem a menor contemplação qualquer operário”. LEAL, Sylvio. “Quem semeia ventos colhe tempestades”. In: *Gazeta do Povo*. 17 de março de 1920.

²³ A tabela acordada seria: 7\$000 para pedreiros, carpinteiros e pintores; 5\$000; aprendizes; 4\$500, servente homem; 3\$000 servente menor. *Diário de Santos*. 10 de setembro de 1916.

garantia e tem envidado esforços no sentido de manter a indispensável cordialidade entre chefes e os empregados subalternos”. Além disso, as reivindicações “não tinham razão alguma, pois que nunca nos aproveitamos da falta de trabalho para diminuir os salários, a ponto de serem estabelecidos ordenados insuficientes para a sua subsistência”,²⁴ (Grifo nosso). Assim, no dia 31 de outubro, a Companhia exigiu pela imprensa que os seus operários voltassem ao trabalho até o dia seguinte, sob pena de demissão e substituição definitiva “pelo novo pessoal com que já conta a Companhia”.

Ainda por iniciativa da empresa, alguns construtores, reunidos em seu escritório, resolveram declarar publicamente “não admitir em seus trabalhos operário algum que tenha sido dispensado por qualquer um dos signatários como grevista, ou que tenha como tal abandonado os seus serviços”.²⁵ Um artigo no *Diário de Santos* (1/11/1916), assinado por “muitos operários”, estranhou que três construtores fossem signatários da “declaração aberta pela Companhia Construtora de Santos”, rompendo assim com a assinatura do acordo que haviam estabelecido anteriormente com o sindicato. No dia 2 de novembro, a polícia cercou uma casa onde alguns grevistas estavam reunidos e, segundo *A Tribuna*, após “demorado tiroteio”, vários operários e líderes da greve foram presos, sendo aberto “rigoroso inquérito”. A greve estava terminada e apenas alguns construtores aceitaram o acordo do sindicato (*A Tribuna*, 3/11/1916 e *Diário de Santos*, 4/11/1916).

Além da tradicional repressão policial, os trabalhadores tiveram, portanto, que enfrentar a liderança da Companhia Construtora entre os patrões, fazendo com que muitos destes abandonassem qualquer acordo individualmente estabelecido com o sindicato e com a Federação. E deste pacto con-

²⁴ “Relatório da Diretoria da Companhia Construtora de Santos referente ao exercício de 1916”. In: *A Tribuna*. Santos, 3 de março de 1917, p. 6.

²⁵ Assinaram esse documento os seguintes construtores: Companhia Construtora de Santos, Ciriaco Gonzales, Domingos Pinto & Comp., Edmundo Krug & Comp., Fernando Rodrigues & Comp., Antonio Inácio & Marques, Gervasio Fernandes Sobreira e Maurílio Porto. *A Tribuna*, 31 de outubro de 1916.

juntural entre os construtores nasceu uma instituição que teria importantes desdobramentos para os operários do setor. Na mesma reunião realizada no escritório da Companhia Construtora, na qual foi decidida a formação da “lista negra”, os mesmos empresários, “solidamente unidos contra o movimento subversivo”, decidiram também fundar o Centro dos Construtores e Industriais de Santos (CCIS). No primeiro “Relatório Anual do Centro”, Roberto Simonsen lembrou que:

“há muito que se fazia sentir a necessidade da congregação dos esforços dos construtores de Santos, em bem dos seus interesses, sobretudo por ocasião dos movimentos grevistas dos operários que, sob a direção de péssimos elementos e na maior parte estranhos à classe, eram levados a lutas absurdas com os seus patrões, das quais quase sempre saíam prejudicados. (...) Essas lutas chegaram, em outubro de 1916, a tomar o caráter de assaltos a mão armada contra as propriedades. Diante de fatos de tamanha gravidade seria inconcebível que continuassem os construtores e industriais isolados e de mãos cruzadas, deixando os seus operários se arrastarem por uma senda errada, em exigências as mais das vezes absurdas, quando de outros seus interesses de importância capital os seus agitadores não se lembravam. Foi por isso que nos reunimos no dia 29 de outubro de 1916” (Grifo nosso).

Na primeira assembléia do Centro, realizada em 5 de janeiro de 1917, foram aprovados os seus estatutos que estabeleciam uma contribuição mensal proporcional ao número de operários empregados pelas firmas associadas ao Centro. A primeira atividade encetada pela organização foi um cadastro de operários. Não é de admirar que o registro fosse obrigatório para os operários “artistas” e facultativo para o “operário comum”. Um ano após a fundação da entidade, 849 trabalhadores estavam inscritos no Livro de Registro do Centro, sendo-lhes entregues os respectivos “cartões de identidade”, sem os quais não teriam acesso ao mercado de trabalho. Tratava-se, evidentemente, de uma medida que visava eliminar do horizonte da categoria o exercício da *closed shop*. E, de fato, a maior parte dos cadastrados

eram os “artistas”, ou seja, o grupo tradicionalmente mais combativo e um dos principais organizadores do movimento operário santista.²⁶ Verificaremos ainda que há razões para supor que dos 849 operários, a grande maioria fosse empregada na Construtora e tivesse se inscrito por pressão da empresa.

A criação do cadastro obrigatório foi uma iniciativa “pioneira” de Roberto Simonsen.²⁷ No caso do cadastramento exigido pelo CCIS, a fonte inspiradora pode ter sido uma prática de seleção e contratação da mão-de-obra que já vinha sendo experimentada pela Companhia Construtora de Santos, com o auxílio de um membro do poder público. O delegado Regional de Polícia, Bias Bueno, era advogado e conselheiro da empresa, cabendo-lhe manter a ordem e proteger a propriedade, além de controlar a seleção dos trabalhadores e arbitrar nos processos de demissão (Caetano, 1994: 30). Essa coincidência de um mesmo ator social trabalhando na empresa e na polícia facilitava o uso de processos forjados na Delegacia Regional contra operários “indesejáveis”. Uma das justificativas para a criação do CCIS foi a alegada violência dos grevistas que teria o “caráter de assaltos à mão armada contra as propriedades”.

Simonsen refere-se a fatos ocorridos no dia 3 de outubro nas obras da avenida Conselheiro Nébias 709, empreitadas pelo engenheiro Maurílio Porto, um dos associados ao Centro dos Construtores (do qual, mais tarde,

²⁶ Foram inscritos 244 pedreiros, 163 carpinteiros, 194 serventes, 67 pintores, 128 jornaleiros, um calceteiro, um ladrilheiro, um marceneiro, um torneiro de cerâmica, dois canteiros, dois cavouqueiros, dois encanadores, três estucadores, três lustradores, três vigias, cinco carroceiros, seis *chauffeurs*, 11 mecânicos.

²⁷ No início dos anos 20, tentou-se eliminar das fábricas têxteis os operários “indesejáveis”, mas somente em 1921 o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem do Algodão de São Paulo (CIFTA) começou a discutir a necessidade da identificação obrigatória dos operários – “identificação científica” – em todas as fábricas a ele filiadas, sem a intervenção do poder público. A partir do cadastro elaborado pelo CIFTA, as fábricas teriam um “arquivo contendo informações precisas sobre a vida (privada e pública) dos trabalhadores. Estas informações, uma vez catalogadas, seriam trocadas entre as diversas empresas do ramo. Deste modo, o operário indesejável seria, definitivamente, excluído das fábricas” (Lima, 1992: 12-25).

seria diretor). De acordo com o processo-crime aberto para apuração dos fatos, os trabalhadores Manoel Perdigão, conhecido militante anarquista (que já havia trabalhado para Maurílio Porto), Abel Moraes e Genaro Barros, pedreiro-frentista da Companhia Construtora, foram acusados de atentar contra as referidas obras e contra dois operários que não aderiram à greve. Ao delegado e, ao mesmo tempo, advogado da Companhia Construtora, Bias Bueno, as vítimas alegaram que 12 indivíduos invadiram o prédio armados de revólver, jogaram tijolos e pedras no edifício em construção e agrediram os depoentes com uma coronhada de revólver, buscando também atentar contra Maurílio Porto. Este construtor, na condição de primeira testemunha, alegou que os grevistas obrigaram-no “a ir à sociedade operária assinar um documento qualquer, não permitindo o trabalho em suas obras enquanto a isso não acesse”.

Entretanto, perante o juiz, o próprio Maurílio Porto afirmou que os réus danificaram “em insignificante parte as obras”, além de reiterar sua alegação na Delegacia de que “não sabe se [os acusados] são operários ou desordeiros” e “ignora quem tenha ferido os carpinteiros”. As demais testemunhas foram unânimes também em não reconhecer os acusados e nem a gravidade dos ferimentos das vítimas. Por solicitação do advogado dos réus junto ao juiz, foi realizado novo “auto de sanidade”. Os peritos responderam que “os ferimentos recebidos pelos ofendidos não os inabilitam do serviço ativo por mais de 30 dias a contar da data que os receberam”. Por fim, o caso foi levado a Júri e os acusados foram absolvidos por ausência de provas de que fossem eles os agressores.²⁸

Os boletins do movimento empregavam uma linguagem agressiva (*A Tribuna*, 9 e 16/6/1916), porém os grevistas estavam mais empenhados em combater a ação dos fura-greves do que em atentar contra a propriedade. O processo revela ainda que, na falta de identificação dos agressores, a polícia podia acusar quem quer que fosse através de seu “estoque” de militantes

²⁸ Tribunal do Jury da Comarca de Santos. “Autos de Sumário Crime em que são acusados Genaro Barros, Abel Moraes e Manoel Perdigão,” 1916. Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Santos, Caixa 30.

conhecidos ou fichados. Manoel Perdigão já era nessa época um militante anarquista com um passado de destaque.²⁹ Abel Moraes, empregado da Companhia Construtora, certamente passara pelos processos de contratação da mão-de-obra da empresa sob a responsabilidade do delegado Bias Bueno.

Assim, não surpreende a afirmação de Roberto Simonsen de que o cadastramento “foi organizado não sem certas dificuldades devido ao atraso de nossos operários, que não compreendiam, de pronto, a garantia que para os bons elementos representava o registro do Centro”. Este passou a ensaiar outras iniciativas para tentar superar tais “dificuldades”. A política de enfrentamento com os trabalhadores revelava seus limites e os patrões passaram a acenar com argumentos conciliatórios para que os operários se cadastrassem “voluntariamente” no Centro.

3. A greve de 1917 e a criação de uma Câmara de Trabalho

Durante o primeiro semestre de 1917, os trabalhadores da construção civil começaram a reorganizar o sindicato, discutiram a “retomada das aulas interrompidas” e a criação do jornal *A Obra*, além de fundarem a União Geral dos Trabalhadores (UGT) (*A Tribuna*, 1/1, 13/4, 1,3 e 4/5, 30/6 e 7/7/1917). Mas somente no clima da greve geral deflagrada em São Paulo a categoria voltou a se manifestar com maior visibilidade. Após passeatas e

²⁹ Manuel Perdigão frequentou as aulas da escola mantida pela Sociedade Internacional dos Trabalhadores, fundada em 1904. “Começa a militar nos meios proletários, sendo uma criança; por volta do ano 1909, sua figura apagada, começa a destacar-se em 1912, após a deportação de Primitivo Raymundo Soares, Manoel Louzada, Miguel Garrido, Antônio Vieytes e tantos outros, primeiras vítimas da lei de expulsão da autoria de Adolpho Gordo.” Participou da campanha contra a carestia de vida em 1914. Em 1916, “a Federação levou a cabo outra greve contra o serviço extraordinário que teve um epílogo trágico nas obras do Parque Hotel, em que houve uma vítima e dois feridos. Perdigão, que nada tinha a ver com o caso, pois não fazia parte da comissão, foi processado, saindo absolvido ao ir a Jury”. (Justo, 1928: 4).

comícios em solidariedade aos grevistas da capital,³⁰ no dia 16 de julho iniciava-se outra greve da categoria com a seguinte pauta de reivindicações: retomada dos “antigos ordenados”,³¹ pagamento em todo dia 5 de cada mês, respeito à jornada de oito horas, controle dos preços dos gêneros de primeira necessidade por ação “dos poderes competentes”, liberdade de associação e abolição do cartão de identidade a que lhes obrigava o Centro dos Construtores. Exceto esta última reivindicação e a do controle dos preços, todas as outras eram idênticas às da greve de 1916.³² Dois dias depois, o jornal *A Tribuna* (19/7/1917), contrário ao movimento, reconheceu que a paralisação da categoria era geral, exceto na Companhia Construtora, onde apenas trabalhavam os carpinteiros, “estando as obras guardadas por soldados de armas embaladas”.

Outros trabalhadores entraram em greve. Os ferroviários da São Paulo Railway, encarregados da conservação do plano inclinado da serra, paralisaram o tráfego dos trens por algumas horas no dia 16. Pararam ainda os canteiros de obras, trabalhadores do Saneamento, carroceiros, trabalhadores do

³⁰ *A Tarde*. 11 de julho de 1917; *A Tribuna*. 13, 14 e 15 de julho de 1917; *A Plebe*. 21 de julho de 1917.

³¹ Os salários haviam sido assim reduzidos: pedreiros, de 7\$000 para 6\$000 e 5\$500; serventes, de 4\$500 para 3\$000; crianças, de 3\$500 para 1\$500; pintores-oficiais, de 7\$000 para 5\$000; carpinteiros, de 7\$000 para 5\$000; canteiros, de 8\$000 para 6\$000 e 6\$500. *A Tarde*. 16 de julho de 1917. Dois dias depois os canteiros lançaram as seguintes reivindicações: “Canteiros e encunhadores, trabalhando por dia 7\$000, como ordenado mínimo; cortadores e facturantes de paralelepípedos, 60\$000 por cada mil; factura, 50\$000; corte por cada metro de meio fio, 1\$200; factura, 2\$000, sendo de 3^a (...), de 1^a 3\$500. Considerando que no Jabaquara a pedra é muito mais ordinária, e como consequência dá muito maior trabalho, pedem que sejam adotadas as seguintes medidas: 1) jornada de oito horas; 2) abolição do costume em vigor de ter que ser carregadas as galeras por encunhadores e maqueiros; 3) corte e fatura 130\$ por milheiro de paralelepípedos; 4) não estarem sujeitos ao armazém por não estarem legalizados os preços e medidas; 5) pagamento dia 5 para todas as indústrias de pedreiras”. *A Tarde*. 18 de julho de 1917.

³² *A Tarde*. 16 de julho de 1917. *A Tribuna*. 17 de julho de 1917. *A Plebe*. 21 de julho de 1917.

Matadouro Municipal e os ensacadores de café. O jornal *A Tarde*, favorável ao movimento, denunciava a ação da polícia que prendia grevistas “a torto e a direito” (21 presos no primeiro dia de greve), entre eles Manoel Perdigão.³³ A UGT lançou um manifesto, segundo o qual “o barbarismo policial (...) espancou o povo que esperava a abertura do comício habitual. (...) O oficial que se achava na ronda, procedendo tão provocadoramente, enxovalhou mais uma vez, em nome dos altos poderes, a carta magna fundamental da República que concede igual direito a todos os cidadãos - o direito de reunião sacrossanto”.³⁴

A imprensa noticiou, no dia 18, que os construtores estavam dispostos a estabelecer um acordo com os operários representados pelo Comitê de Defesa Proletária (*A Tribuna*, 18/7/1917). A UGT, por sua vez, exigia que os construtores respondessem pela imprensa aos pedidos formulados (*A*

³³ *A Plebe*. 11 de agosto de 1917. Segundo o jornal *A Tarde* (16/7/1917), “uma das comissões [de operários] foi hoje às nove e meia da manhã à serraria do Macuco entender-se com os operários dali e com o diretor daquele estabelecimento. Os operários fizeram desde logo causa comum com os companheiros em greve, tendo o gerente dito que não se oporia a isso, assim como poderia trabalhar quem quisesse, pois a polícia oferecia as garantias necessárias. A entrevista tinha um caráter todo amistoso e talvez com bases para um acordo, quando, repentinamente, surgem um alferes e um soldado e logo depois várias cavalarias, bombeiros e secretas, e, sem que para tal houvesse razão, estabeleceram grande tumulto, efetuando a prisão de 21 trabalhadores que foram presos na Central! Segundo *A Plebe* (21/7/1917), foram presos em Vila Mathias quatro empregados da Companhia Construtora. Foi aberto um processo-crime contra três operários portugueses, depois condenados a prisão por terem agredido fura-greves e um construtor”. Tribunal do Jury da Comarca de Santos. “Autos de Sumários de Culpa em que são acusados José da Silva, Antônio do Carmo e Augusto Duarte”, 1917. Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Santos, Caixa 30.

³⁴ *A Tarde*. 17 e 18 de julho de 1917. No referido comício, entre outros oradores falou a espanhola Sophia Loise “que em termos vibrantes, incitou os operários a manterem-se firmes no seu protesto contra o capital e a exigir para seus filhos e suas mulheres o pão de cada dia. A oradora foi muito aplaudida”. *A Tribuna*. 18 de julho de 1917.

Tarde, 18/7/1917). Justamente naquele dia, quando a greve da construção civil atingiu sua maior intensidade, o Centro dos Construtores e Industriais de Santos lançou um apelo aos operários, procurando fazê-los ver que “a indústria das construções é uma das classes que mais tem sofrido com a guerra; o número de construções decresce, diariamente, havendo avultado contingente de operários dessa classe sem trabalho”. Ao comparar a paralisação de Santos com as condições das indústrias de São Paulo e com o movimento grevista da capital, o apelo do Centro chamava a atenção para que não se confundisse a situação da indústria da construção com a de outras “que tiveram seus produtos altamente valorizados com a guerra”. Enfim, uma greve nessas circunstâncias só faria piorar a situação do setor e, conseqüentemente, a dos operários. E mais: os salários em Santos seriam 30% mais elevados que os da capital e a jornada de oito horas estaria sendo observada pelos construtores... “em geral”. O documento ressaltava ainda a “campanha injustificada” dos operários, pois o

“Centro dos Construtores e Industriais de Santos não é uma agremiação de opressão; muito ao contrário. Foi estabelecido com o fim de reunir construtores e industriais num esforço de conciliação dos seus interesses com os dos proletários. (...) O cartão que o Centro fornece, e que é exigido dos operários admitidos nas empresas que lhe são filiadas, é um elemento de garantia ao bom operário. É o atestado de que o operário conseguiu provar perante o Centro a sua boa conduta e competência. Só lhe podem ter aversão, portanto, os maus elementos” (*A Tribuna*, 19/7/1917).

A fim de provar que não era uma “agremiação de opressão”, o Centro anunciou no dia seguinte a fundação de uma Câmara de Trabalho. Em reunião presidida por Roberto Simonsen, e com o objetivo “de se promover a conciliação dos verdadeiros interesses das classes patronais e proletárias”, previa-se o estabelecimento de assistência e seguro para os trabalhadores, escolas profissionais e cooperativas. Simonsen, dizendo-se baseado em ex-

periências de outros países,³⁵ pretendia mostrar que, apesar de a Câmara ser inicialmente amparada pelo Centro, este “daria uma demonstração cabal de que não teme a criação de um grêmio de verdadeiros operários.”

Segundo seu regulamento, a Câmara seria formada pelos representantes dos operários das empresas filiadas ao CCIS. Cada grupo de 80 operários registrados nos livros da entidade poderia eleger um representante com mandato de um ano. Seu funcionamento seria na sede do Centro que lhe seria franqueada uma vez por semana ou mais, em caso de necessidade “a juízo da diretoria do Centro”. Os objetivos da Câmara eram os seguintes:

- 1) “representar perante o Centro a classe operária;
- 2) estudar e submeter à apreciação da diretoria do Centro todas as medidas que julgar do interesse da classe;
- 3) estudar conjuntamente com a diretoria do Centro o estabelecimento e a manutenção do seguro contra acidentes e assistência aos operários, cooperativas de gêneros alimentícios, escolas de aprendizes profissionais;
- 4) promover a conciliação dos interesses dos patrões e operários”.

A eleição dos representantes seria feita sob a fiscalização da diretoria do Centro “em dias e locais por ela determinados”. A reunião dos construtores foi finalizada com a discussão sobre a greve, “tendo a assembléia aprovado por unanimidade o manifesto publicado pela diretoria do Centro e que representa o modo de pensar de todos o sócios sobre o assunto”.³⁶ Ou seja, não entabular nenhum acordo com os sindicatos. Segundo o jornal *A Tribuna* (21/7/1917), o documento do CCIS teria repercutido entre os grevistas, muitos dos quais retornaram “voluntariamente” ao trabalho, “como se deu

³⁵ *A Tribuna* (22/7/1917) mencionou as Câmaras de Trabalho da Inglaterra “onde tantos e tão bons serviços hão prestado, reduzindo ao mínimo possível as manifestações paredistas do operariado britânico”.

³⁶ “Fundação de Uma Câmara de Trabalho. Centro dos Construtores e Industriais de Santos”. In: *A Tribuna*. Santos. 20 de julho de 1917.

com a Companhia Construtora de Santos.” No dia 23, o Sindicato dos Canteiros, segundo deliberação da assembléia, resolveu dar por terminada a greve, “desistindo de todas as suas pretensões, com a condição, porém, de serem postos em liberdade os seus colegas que se encontram presos” (*A Tribuna*, 24/7/1917). No dia seguinte, a greve chegara ao fim e sem qualquer acordo formalizado.

Observamos, portanto, que, durante as greves de 1916 e 1917, os operários da construção civil defrontaram-se com duas instituições completamente inéditas que impunham-lhes dificuldades até então desconhecidas. Se o Centro era visto pelos trabalhadores como um “órgão de opressão,” a criação da Câmara procurava eliminar essa percepção. O cadastramento dos operários no Centro deixava de parecer uma instituição obrigatória e hostil, pois agora este incluiria a Câmara de Trabalho. Em novembro de 1917, segundo um “Manifesto do Centro ao operariado sobre a criação da Câmara de Trabalho”,

“tratava-se, pois, da organização de um instrumento de liberdade; na Câmara de Trabalho os genuínos representantes dos verdadeiros operários enunciarão as suas queixas, farão ouvir os seus reclamos e estudarão a cooperação de toda a classe visando um efeito útil. As suas decisões deixarão de ter o caráter de imposição de falsos sindicatos para terem toda a força que emana do espírito conservador que inspirou a sua criação. Ficareis surpresos ao verificardes que o atual estado de luta e desconfiança existente entre as duas classes é devido, entre nós, mais à ignorância em que ambas estão, das recíprocas necessidades. A Câmara de Trabalho é, pois, o verdadeiro aparelho de um definitivo entendimento entre patrões e operários” (Grifo nosso).³⁷

A Câmara de Trabalho era, portanto, uma forma de negação do sindicato enquanto canal legítimo de representação operária. O conflito de classes seria dirimido em âmbito privado e segundo as regras definidas de ponta

³⁷ Centro dos Construtores e Industriais de Santos. “Manifesto ao operariado sobre a criação da Câmara de Trabalho”. In: *A Tribuna*. Santos, 10 de novembro de 1917, p. 6.

a ponta pelo Centro dos Construtores e Industriais. Assim, Simonsen considerava também completamente equivocada a noção de que a questão social pudesse ser resolvida “por meios políticos”. Qualquer ingerência do poder público nas relações de trabalho redundaria em “obstáculos à produção” (Ferreira Lima, 1963: 158-9 *apud* French, 1995: 72). No “Relatório da Companhia Construtora de Santos referente a 1918”, Simonsen observava que:

“as associações operárias formadas com o espírito preconcebido de luta, bem como as dos patrões, jamais poderão resolver de forma estável as chamadas questões entre o Trabalho e o Capital, ainda que recorram aos tribunais arbitrais, porque são elas estabelecidas sob atmosfera de desavenças e induzem as duas classes a um estado de desarmonia. Cada qual procura incessantemente vencer a outra, empregando, sempre que lhe é dado, mal disfarçados processos de força. Aqueles tribunais, embora bem intencionados, funcionam, quase sempre, por motivos óbvios, com conhecimento incompleto de causa” (Simonsen, 1919: 40).

Segundo o documento, além da Câmara de Trabalho, a solução para beneficiar “lealmente as duas classes” era “a forma científica de administrar e retribuir o trabalho”. O círculo estava fechado: cadastramento dos operários, Câmara de Trabalho e *scientific management* eram iniciativas apresentadas agora como medidas pioneiras de utilidade pública, oferecidas ao governo e à “nação” por um grupo de empresários num momento em que o país passava pelo “esforço de guerra”.³⁸ De fato, o estado de guerra propor-

³⁸ O *scientific management*, tão invocado nos Relatórios da Companhia, foi a pedra angular do pensamento e da ação de Roberto Simonsen em suas tentativas também pioneiras de visualizar a chamada “questão social” como algo além da mera representação policial e de propor outro ordenamento da sociedade a partir de relações de trabalho fundadas em novos princípios. Simonsen foi um dos primeiros industriais brasileiros a admitir em público “o relacionamento inerentemente conflituoso entre operários e empregadores” (French, 1995: 69). Em uma passagem célebre do mencionado Relatório de 1918, Simonsen expõe seu reconhecimento do problema: “de

cionava um clima político muito singular, favorecendo uma eventual adoção de medidas “de emergência” para lidar com o trabalho. O momento parecia adequado para o arremate das iniciativas até aqui discutidas.

4. Esforço de guerra e divisão no campo patronal

Na tarde de 3 de novembro de 1917, correu pela cidade a notícia de que os alemães haviam torpedeado os navios nacionais Acary e Guahyba, em São Vicente (Tenerife), tendo morrido alguns tripulantes. Na rua 15 de Novembro logo se formou um ajuntamento de populares. Quando às 19 horas foram confirmadas as notícias do torpedeamento, o grupo

“dirigiu-se para a rua do Rosário, onde se encontrava instalado, em prédio próprio, vasto e confortável, o Club Germânia. Forçando o portão de ferro que dá entrada para o jardim, ali penetraram os populares, içando no mastro a bandeira brasileira. A polícia procurou impedir que os populares levassem a termo os seus intentos, mas um dos manifestantes estendeu no chão, em frente ao portão, a bandeira brasileira, assim como a da Inglaterra e dos Estados Unidos, impedindo, deste modo, que a polícia ali entrasse, pela impossibilidade de pisar os símbolos sagrados. Enquanto um grupo de populares saudava vibrantemente a pátria, entoando a “Canção do Soldado”, outros invadiram o prédio e destruíram as fotografias do

fato, o que o patrão procura é pagar o menos possível por unidade de produção, e o que o operário visa é ser o mais remunerado possível por unidade de tempo”. Como solução à “guerra de classes”, o engenheiro propunha, ao lado das medidas já invocadas, outro princípio inscrito na “organização científica do trabalho”: “dar a cada homem o resultado de seus próprios esforços, em proporção à sua grandeza e ao tempo empregado em exercê-lo”. Caberia ao “departamento técnico” da Companhia o estudo “científico” dos salários, calculando prêmios ou bônus para aqueles que ultrapassassem o padrão de produção determinado. Não possuímos, no entanto, dados para avaliar em que medida o *scientific management* chegou a ser implementado na Companhia Construtora naqueles anos conturbados.

Kaiser, mobiliários, bibliotecas, arquivo e todos os objetos de arte que ali se encontravam, lançando depois fogo ao prédio. Às 20 horas irrompia um violento incêndio por todo o Club, que era envolvido nas labaredas, e que, a breve trecho, apesar do pronto socorro do Corpo de Bombeiros, estava reduzido a um montão de destroços. (...). Um dos marinheiros, munido de uma machadinha, picou as ‘águias’ da bandeira dos ‘boches’ que foi encontrada no jardim do referido Club” (*A Tribuna*, 4/11/1917).

O motim prosseguiu na Pensão Suíça onde encontravam-se vários marinheiros alemães. A “Fotografia Eckman” foi destruída e instalações da floricultura do alemão João Dieberger foram danificadas. As manifestações aumentaram ainda mais na rua Frei Gaspar, em direção ao “jornal germanófilo” *A Notícia*, de propriedade do português Arthur Caratão. Os manifestantes foram cercados pela polícia

“e o oficial, dirigindo-se, de revólver em punho, a um popular que era portador da bandeira nacional, impediu que esse prosseguisse, arrebatando-lhe, num acesso de cólera teutônica, a bandeira das mãos, rasgando-as e atirando-as ao chão. Este gesto indigno causou os mais vivos protestos entre os populares, que, recobrando de coragem, investiram sobre o pasquim germano, destruindo-o com a máxima rapidez. A polícia, num gesto de ira sanguinolenta, precipitou-se sobre os populares, e, usando das armas, fez várias descargas, indo uma das balas assassinas matar o popular Eugênio Henrique, português, de 27 anos, residente à rua dos Andradas nº 115 e ‘*chauffeur*’ da Garage Moderna, que caiu por terra banhado em sangue e sem vida” (*A Tribuna*, 7/11/1917).

O jornal *A Tribuna*, intrépido defensor da polícia e contra qualquer atentado à propriedade privada, desta vez, tomado de ardor patriótico, reagiu fortemente contra a repressão policial. Simonsen parece também não ter ficado indiferente: dois dias depois, a sua Companhia Construtora de Santos demitiu todos os alemães ou filhos de súditos de países aliados à Alemanha,

custeou o fardamento dos trabalhadores que pretendessem participar da guerra e licenciou os que desejassem se alistar como voluntários (*A Tribuna*, 7/11/1917). Dias depois, o Centro dos Construtores e Industriais enviou ao presidente da República e ao presidente do estado de São Paulo o seguinte telegrama:

“o Centro dos Construtores e Industriais de Santos, tendo em consideração o estado de guerra a que foi arrastada a Pátria Brasileira, pelas agressões que sofrem por parte do Império Alemão, e visando corresponder aos patrióticos apelos dos exmos. senhores presidentes da República e do estado de São Paulo, congregando esforços no sentido de se tornar o mais útil possível aos poderes públicos da nação, resolve:

- 1) colocar incondicionalmente os seus préstimos aos serviços da nação;
- 2) desenvolver, junto ao operariado de todas as empresas da cidade, a propaganda da nobre causa que o Brasil tão sinceramente desposou;
- 3) intervir junto aos seus associados para que proporcionem aos seus auxiliares todas as facilidades para sua inscrição nas linhas de tiro, ou como voluntários nas fileiras do exército nacional;
- 4) organizar imediatamente um cadastro das oficinas e “stocks” de materiais das empresas industriais e de construção existentes nesta cidade, visando seu aproveitamento para fins de guerra;
- 5) organizar o cadastro dos elementos operários nacionais ou filiados às nações aliadas e que possam pelas suas habilitações profissionais serem úteis às indústrias de guerra;
- 6) promover imediata instalação da Câmara do Trabalho cuja criação já foi aprovada pelo Centro e que visa estudar os meios práticos do estabelecimento de conciliação dos verdadeiros interesses das classes dos Construtores e Industriais

com os proletários, e cuja fundação acredita ser de excepcional valor no momento atual;

- 7) empregar todos os esforços, juntamente com a Câmara de Trabalho, para que sejam estabelecidas medidas excepcionais na organização do trabalho, durante o estado de guerra, visando o barateamento e intensificação da produção” (*A Tribuna*, 10/11/1917) (Grifos nossos).

No mesmo dia, o Centro dos Construtores lançou ainda um “manifesto ao operariado”, afirmando que “no momento de excepcional gravidade que atravessa a Pátria Brasileira, arrastada ao estado de guerra pelas reiteradas agressões que sofreu do Império Alemão, acredita este Centro que a Câmara do Trabalho poderá prestar excepcionais serviços”. Mais uma vez o documento apressava-se em reafirmar que esta iniciativa não era um instrumento de “pressão ou de tolhimento à liberdade de manifestação por parte dos operários”, mas “uma velha e legítima aspiração” que deveriam receber “com a máxima boa vontade”, pois assim estariam prestando à Pátria e a si mesmos “uma enorme série de serviços e benefícios”.

Para que alcançassem esse objetivo, eram convidados a comparecer às eleições de seus representantes na Câmara de Trabalho, devendo dar o voto “àquele que entre todos os companheiros pelo seu passado de trabalho, de honestidade e dedicação aos verdadeiros interesses da classe seja um genuíno representante de suas aspirações conservadoras”. O Centro dos Construtores determinava que, no dia marcado para a votação, os trabalhadores seriam convocados “aos grupos de 80 ou múltiplos de 80” para a escolha dos representantes (*A Tribuna*, 10/11/1917). Estes foram de fato eleitos, mas a Câmara de Trabalho não foi efetivamente instalada. E qual teria sido o motivo?

O problema residia na excessiva representação da Companhia Construtora de Santos com relação às demais empresas filiadas ao Centro. É muito provável que outros construtores tenham se oposto a que uma única empresa passasse a decidir sozinha a política da organização frente ao sensível problema das relações de trabalho. Essa hipótese ampara-se nas próprias palavras de Roberto Simonsen sobre o malogro da iniciativa:

“verificamos, porém, nessa ocasião, que, devido à paralisação que sofreram as construções em nossa cidade, como reflexo do existente estado de guerra, diminuí consideravelmente o número de operários das construções civis; e mais ainda, a Companhia Construtora de Santos, que tem em andamento algumas grandes construções, possui, ela só, muito maior número de operários que todos os demais sócios reunidos. (...) Bem podereis compreender a posição difícil em que me acho, como Presidente do Centro e como representante aqui da Companhia Construtora de Santos – que dirijo –, para agir com liberdade neste caso, visto que esta empresa, contando atualmente com mais operários que as demais empresas reunidas, teria maioria absoluta entre os membros da Câmara”.

Construtores de menor porte teriam maior dificuldade em recrutar um efetivo de trabalhadores significativo de modo a fazer ouvir sua voz em uma eventual Câmara de Trabalho. A unidade de ação dos construtores ficaria, portanto, inteiramente reduzida à ação de uma única empresa naquele momento de crise no setor. E mais ainda, o próprio Centro dos Construtores e Industriais atravessava um período difícil, fazendo com que Simonsen propusesse a diminuição de suas atividades e a mudança “para uma sala pequena” a fim de reduzir as despesas e as mensalidades dos sócios. Em 1918, o engenheiro deixou a direção do Centro. A almejada unidade entre os construtores nos momentos de embate com as organizações operárias parecia difícil de ser efetivada.

A assinalada diversidade de interesses no interior do campo patronal evidencia-se de forma contundente na rejeição pela Câmara Municipal do projeto de um novo Código de Posturas que visava regulamentar em detalhes as construções na cidade. A compreensão desse episódio é fundamental quanto às diversas questões tratadas neste texto: relação entre pequenos e grandes empreiteiros, controle do mercado de trabalho e afirmação das profissões de engenheiro e arquiteto.

Logo após ter saído da direção do CCIS, Simonsen e outros grandes construtores foram nomeados pelo presidente da Câmara Municipal para

integrar uma comissão com o objetivo de “dar a última palavra” a respeito de um projeto de lei preparado em 1917 pelo Diretor de Obras e Viação da Prefeitura, dr. Silva Telles.³⁹ O jornal *Gazeta do Povo* criticou veementemente o projeto, classificando-o de restritivo, uma vez que separaria os construtores “de primeira classe” (portadores de diplomas de engenheiros civis e arquitetos), considerando os demais “de segunda classe”. Esta contemplaria os construtores que tivessem um ano de atividade na cidade e os que fossem aprovados em um exame especial elaborado pela Prefeitura. A eles caberia a edificação de prédios que atingissem o máximo de três pavimentos e “construções e reconstruções simples, a juízo da Diretoria de Obras”, construções que não utilizassem ossaturas metálicas, concreto armado, fundações especiais ou “outras quaisquer dificuldades exigindo conhecimentos técnicos especiais para serem resolvidos”. Aos construtores de “primeira” seria permitido todo e qualquer tipo de edificação, sendo de sua inteira exclusividade hospitais, asilos, colégios, liceus, laboratórios, casas industriais, quartéis, pontes, aquedutos e teatros (*Gazeta do Povo*, 25/3 e 1/4/1918).

Além disso, caso aprovado, o projetado Código de Posturas garantiria aos construtores “de primeira classe” o privilégio de construir grandes obras urbanas e arquitetônicas (inclui, admira-se o jornal, conjuntos habitacionais que não exigiam necessariamente a utilização de ossaturas metálicas, concreto armado ou fundações especiais), “a bem da estética...” (30/3/1918). Os projetos para construções em praças, avenidas e praias só poderiam ser firmados por engenheiros e arquitetos, assim como projeto e edificação de determinados edifícios (27/3/1918). De acordo com o artigo 100 do projeto,

³⁹ Fizeram parte da Comissão entre outros: o inspetor da Saúde do Estado em Santos, o chefe da repartição do Saneamento, o diretor da Companhia Construtora, o advogado e consultor jurídico da Municipalidade, o presidente da Associação Predial, o presidente do Centro dos Construtores de Santos, os engenheiros Edmundo Krug e Alberto Monteiro de Carvalho, os médicos Alberto de Moura Ribeiro e Olyntho Rodrigues Dantas. E os membros das comissões permanentes da Câmara, três da de Justiça, Poderes, Higiene e Instrução; três da de Obras Públicas e Viação e três da de Finanças (*Gazeta do Povo*, 21/3/1918).

“são considerados palácios, palacetes e vilas, os edifícios que pela sua importância arquitetônica, estética e destinação se distinguem das demais construções. Tais edifícios só poderão ser projetados por engenheiros ou arquitetos diplomados, devendo a construção correr sob a responsabilidade técnica de construtor de primeira categoria” (30/3/1918).

O jornal “denuncia” ainda que Santos “tem como construtores apenas TRÊS titulares, sendo dois engenheiros civis, os exmos. srs. drs. Maurílio Porto e Roberto Simonsen, e um arquiteto, o exmo. sr. dr. Edmund Krug” - todos, aliás, membros da referida comissão destinada a estudar o projeto. “E entretanto, é sabido que aqui, o número de construtores competentes é bastante grande ...” (3/4/1918). Evidentemente há um exagero do jornal: o *Rescencimento de 1913* contabilizou a existência de 97 engenheiros “em geral” e 52 arquitetos na cidade (Santos, 1914). Mas o próprio fato desta campanha contra o projeto Silva Telles ter encontrado espaço na imprensa revela a força dos interesses agredidos.

Os trabalhos da comissão examinadora do projeto foram iniciados em julho de 1918, mas sofreram interrupção em outubro devido à gripe espanhola. O Código de Posturas só foi sancionado pela Câmara Municipal em 1922-1923, não apresentando nenhum dos artigos e cláusulas acima mencionados (Santos, 1924). O projeto Silva Telles deve ter sofrido oposição dos inúmeros pequenos construtores santistas, sobretudo os classificados como de “segunda classe”, e encontrado barreiras legais, pois a exigência de diplomação feria princípio inscrito na Constituição então vigente.

Entretanto, é um valioso indicativo da luta pelo reconhecimento e institucionalização das profissões de engenheiro e arquiteto utilizadas claramente, neste caso, como uma “reação contra o predomínio absoluto dos mestres de obra”. A intenção do projeto era fazer coincidir a condição de diplomado à de empresário no setor. O documento revela também a expansão de uma grande companhia no mercado, respaldada por parcela do poder público. Não acreditamos que houvesse uma política de eliminação de pequenos e médios empreiteiros, conforme sugere Caetano (1994: 28), mas

sim que se tratava de estabelecer “competências” diferenciadas entre os construtores da cidade, buscando definir os termos da concorrência no interior da indústria da construção, atribuindo a cada “categoria” de empresários uma fatia do mercado das edificações em Santos. E de acordo com o contexto histórico analisado, essa partilha do mercado envolvia também uma nítida diferença de posições entre mestres de obras e engenheiros quanto ao enfrentamento do “problema operário”.

5. O papel dos trabalhadores da construção civil na dinâmica do movimento operário de Santos

A força do movimento operário dos trabalhadores da construção civil durante a *belle époque* residia no controle do mercado de trabalho pelas suas organizações. Para trabalhar, os “artistas” atestavam a sua condição de membros da Federação Operária Local de Santos que, desde 1912, reunia todos os sindicatos operários da cidade. Foi esta legitimidade, crucial nos momentos de greve, que os grandes construtores buscaram destruir na conjuntura da Primeira Guerra Mundial. Observava-se no setor, até então, uma união dos trabalhadores, concretizada pela existência da *closed shop* e, por outro lado, uma nítida divisão no interior do campo patronal. Os grandes construtores, via de regra, mostravam-se mais inflexíveis às reivindicações de seus empregados e, durante as greves, utilizavam os recursos do *lock-out*, das demissões e da repressão policial. Os pequenos mestres de obras, por sua vez, revelavam-se mais sensíveis aos acordos com os trabalhadores.

Foi essa situação que Roberto Simonsen encontrou no momento da criação da Companhia Construtora de Santos, procurando revertê-la. No calor da longa greve de 1916, ele não se contentou com a estratégia anterior da mera repressão: tomou a iniciativa de constituir uma liderança no sentido de atingir uma unidade patronal de ação e enfrentar de maneira articulada o controle do mercado de trabalho pelos sindicatos. A fundação do Centro dos

Construtores e Industriais de Santos foi o canal institucional encontrado para alcançar tais objetivos. Afinal, o que era o “cadastro obrigatório” senão uma réplica patronal da *closed shop*? Caso o CCIS tivesse êxito nessa iniciativa, o trabalhador teria então que mostrar o cartão patronal e não o do seu sindicato quando fosse trabalhar. No entanto, tudo o que Roberto Simonsen conseguiu foi o cadastramento dos trabalhadores da sua Companhia e, talvez, dos de algumas poucas empresas associadas ao Centro. A maioria dos pequenos mestres de obras e seus operários não se filiaram ao menos naquele momento.⁴⁰

Em 1917, a categoria acompanhou a onda generalizada de greves, acrescentando à pauta de reivindicações do ano anterior a eliminação do cadastro obrigatório. Foi nesse quadro de ofensiva do movimento operário que o CCIS lançou a proposta pretensamente conciliatória da Câmara de Trabalho. Esta visava excluir os militantes operários do mercado de trabalho e passar o controle da contratação dos operários para a instituição empresarial. Em troca, haveria a concessão de uma série de vantagens como seguro contra acidentes, assistência, cooperativas de gêneros alimentícios e escolas de aprendizagem profissional. Note-se que os operários reivindicavam a ação do governo na fiscalização dos gêneros de primeira necessidade e que suas organizações sempre se preocuparam com a instrução profissional de seus membros. Nessa proposta do Centro, caberia aos empresários a tutela de todas as esferas do mundo do trabalho...

A abrangência da proposta era tal que não obteve eco nem mesmo entre a maioria dos construtores. O progressivo esvaziamento do CCIS impediu o funcionamento da Câmara de Trabalho, em 1917. Assim, não surpreende que, no ano seguinte, o projeto Silva Telles, em total sintonia com diversos princípios dos grandes empresários e engenheiros, tenha sido rejei-

⁴⁰ Em 1920, segundo a *Gazeta do Povo* (23/4/1920), havia cerca de 50 construtores na cidade, metade dos quais pertencia ao Centro. De fato, este publicou um “manifesto aos operários”, contando com 23 assinaturas (*Gazeta do Povo*, 16/4/1920), o que demonstra que quatro anos depois de formada a entidade, muitos construtores permaneciam refratários ou indiferentes à mesma.

tado pela Câmara Municipal, onde os interesses dos pequenos construtores e mestres de obras locais aparentemente estavam representados. Tais interesses foram ameaçados com a maior diversificação e industrialização da construção civil santista representada pela empresa de Roberto Simonsen. Um quadro socioeconômico e empresarial mais complexo delineava-se no setor com a luta pela institucionalização e reconhecimento das profissões de engenheiro civil e arquiteto. Estes viriam a ser os gerentes de grandes companhias ou os modernos empresários capazes de substituir o “empirismo” dos tradicionais mestres de obras.

Esse novo quadro que se esboçava viria a apresentar desafios insuspeitados também ao movimento operário já nas paralisações de 1916 e 1917. Na história das greves da construção civil santista, é provável que nunca os trabalhadores tivessem encontrado tantas dificuldades para a conquista de suas reivindicações como naqueles anos. Em Porto Alegre, por exemplo, entre 1916 e 1918, os operários da construção foram vitoriosos em quatro greves por reivindicações semelhantes (Silva Júnior, 1995: 62-83). Guerra e crise não conseguiram enfraquecer seus movimentos. Em Santos, ao contrário, foi a concertada campanha patronal visando quebrar a organização dos operários a responsável pelo impasse atingido naquela conjuntura. A expressão “impasse” foi empregada aqui para apontar que os empresários não conseguiram controlar o mercado de trabalho como um todo, embora tenham colocado enormes dificuldades para os operários. Estes, já debilitados pela crise, tampouco tiveram condições de sustentar a *closed shop*.

Com a chegada da grande empresa, a Companhia Construtora, novas formas de “equacionar” as relações de trabalho engatinhavam no setor, o que não deixava de ter sérios desdobramentos em outros grupos operários. Intervir na dinâmica da organização dessa categoria significava também interferir no conjunto do movimento operário de Santos. Afinal, desde o início da formação desse movimento, os trabalhadores da construção civil foram seus principais organizadores, buscando nas mais difíceis conjunturas manter viva a mobilização dos demais trabalhadores da cidade.

Nos anos da guerra, eles continuaram a desempenhar esse papel, reconstruindo seu sindicato, que foi a base da reorganização da Federação Operária Local, e estimulando outros movimentos reivindicativos e grevistas como os dos ferroviários da São Paulo Railway, carroceiros e ensacadores de café, entre outros, em julho de 1917. Por todas as razões já discutidas, tais movimentos tiveram pouco êxito. Entretanto, durante as ondas grevistas de 1919 e 1920, numa conjuntura diferente da do período da guerra, os trabalhadores da construção civil figurariam novamente entre os principais animadores do movimento operário local.

Durante uma longa paralisação, ocorrida entre abril e maio de 1920, a União de Artes, Ofício e Anexos – então sindicato da categoria – foi considerada como um interlocutor válido pelo Centro dos Construtores e Industriais de Santos para estabelecer negociações, sem se submeter a uma eventual Câmara de Trabalho que, anteriormente, pretendia negar qualquer ação sindical. Essa e outra greve dos canteiros, desencadeada em dezembro do mesmo ano, foram amplamente vitoriosas e, só então, capazes de retomar os níveis salariais de 1913 e 1914. Além disso, os operários da construção civil lideraram greves gerais, mais uma vez reorganizaram a FOLS e retomaram linguagens e práticas do sindicalismo de ação direta que haviam criado raízes em Santos, desde o início do século. Ainda em 1935, continuavam a exercer sua liderança.⁴¹

Por outro lado, a ofensiva patronal ensaiada durante a Primeira Guerra Mundial anunciava o início dos problemas que levariam mais tarde ao declínio de sua importância dentro do movimento operário, associados às transformações que atravessava a indústria da construção nas primeiras décadas do século. Por fim, sugere-se aqui que, em Santos, no período estudado, ensaiavam-se alternativas para o problema do trabalho, que seriam retomadas no contexto nacional nas décadas seguintes.

⁴¹ Estes são dados parciais de uma outra pesquisa que estamos desenvolvendo.

Bibliografia

- CAETANO, Coraly Gará. 1994. *Desvendando mistérios: Roberto Simonsen e a luta de classes*. Campinas, História/IFCH/UNICAMP. (tese de doutorado).
- FAUSTO, Bóris. 1976. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo, DIFEL.
- FERREIRA LIMA, Heitor. 1963. *Mauá e Simonsen. Dois pioneiros do desenvolvimento*. São Paulo, Edaglit.
- FICHER, Sylvia. 1989. *Ensino e profissão. O curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo*. São Paulo, História/USP. (tese de doutorado).
- FRENCH, John D. 1995. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo/São Caetano do Sul, HUCITEC/Prefeitura de São Caetano do Sul.
- GITAHY, Maria Lúcia Caira. 1996. "Os trabalhadores da construção civil na belle époque." *II Congresso Brasileiro de História Econômica*. ABPHE/UFF, Niterói, 13-16 de outubro.
- _____. 1992. *Ventos do mar. Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo, Ed. UNESP/Prefeitura Municipal de Santos.
- _____. 1986 "Qualificação e urbanização em São Paulo. A experiência do Liceu de Artes e Ofícios, 1873-1934". In: RIBEIRO, Maria Alice Rosa (coord.). *Trabalhadores urbanos e ensino profissional*. Campinas, Ed. UNICAMP.
- HARDMAN, Francisco Foot. 1988. *Trem fantasma. A modernidade na selva*. São Paulo, Companhia das Letras.
- JULLIARD, Jacques. 1988. *Autonomie ouvrière: études sur le syndicalisme d'action directe*. Paris, Gallimard.
- JUSTO, Luciano. 1928. "Vida operária. Manoel Perdigão". In: *Praça de Santos*, 9 de abril.
- LEAL, Sylvio. 1920. "Quem semeia ventos colhe tempestades". In: *Gazeta do Povo*, 17 de março.
- LEMOS, Carlos. 1993. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo, Pini.
- LIMA, Marcos Alberto Horta. 1992. *Os industriais têxteis paulistas nos anos 20: aspectos da sua atuação política*. Campinas, História/UNICAMP. (dissertação de mestrado).

- MARAN, Sheldon Leslie. 1979. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MAUTNER, Yvonne. 1992. "A era das estradas de ferro: o trabalho assalariado na indústria da construção". In: *Espaço e debates, Revista de estudos regionais e urbanos*. São Paulo, ano XII, nº 36.
- PEREIRA, Paulo César Xavier. 1990. *Questão da construção: urbanização e industrialização em São Paulo (1872-1914)*. São Paulo, Departamento de Ciência Política da USP. (tese de doutoramento).
- PERROT, Michelle. 1974. *Les ouvriers en greve: France 1871-1890*. Paris, Mouton.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michael M. (orgs.). 1979. *A classe operária no Brasil, 1889-1930* (documentos). São Paulo, Alfa-Omega, v. 1.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. 1996. "Trabalhadores urbanos e a formação profissional." *II Congresso Brasileiro de História Econômica*. ABPHE/UFF, Niterói, 13-16 de outubro.
- RODRIGUES, Olavo. 1973. *Dicionário de curiosidades*. Santos, Instituto Histórico e Geográfico.
- SANTOS. Prefeitura Municipal. 1912. *Relatório da Comissão de Melhoramentos*.
- SANTOS. Prefeitura Municipal. 1914. *Recenseamento da cidade e município de Santos em 31 de dezembro de 1913*. Santos.
- SANTOS. Câmara Municipal. 1920. *Relatório apresentado à Câmara Municipal de Santos pelo prefeito Joaquim Montenegro e relativo ao ano de 1919*. São Paulo, Tipografia Brasil.
- SANTOS. Câmara Municipal. 1924. *Lei n. 675 de 28 de junho de 1922, aprova o Código de Construções do Município*.
- SANTOS, Francisco Martins dos. 1996. *Poliantéia santista: história de Santos*. Santos, Prefeitura Municipal de Santos, , v. 3.
- SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. 1995. "Contribuição à história dos 'de baixo' do sindicalismo". In: *Estudos ibero-americanos*. Porto Alegre, PUC-RS, v. XXI, nº 1, julho: 61-83.
- SIMONSEN, Roberto. 1919. *O trabalho moderno*. São Paulo, Seção de Obras de "O Estado".
- _____. 1932. *À margem da profissão: discursos, conferências, publicações*. São Paulo, São Paulo Editora.